MARCELA MOREIRA DE OLIVEIRA

Mulheres Cônjuges Ocupadas no Mercado de Trabalho: Um Estudo da Região Metropolitana de Salvador, 2002-2004.

SALVADOR
2005

MARCELA MOREIRA DE OLIVEIRA

Mulheres Cônjuges Ocupadas no Mercado de Trabalho: Um Estudo da Região Metropolitana de Salvador, 2002-2004.

Monografia apresentada no curso de graduação de Ciências Econômicas da Universidade Federal da Bahia como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas

Orientador: Prof. Dr. Antônio Wilson F. Menezes

SALVADOR
2005

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que direta ou indiretamente colaboraram para que esta monografia pudesse ser redigida.

Agradeço principalmente:

A Deus, pela vida;

Aos meus pais, pelos ensinamentos, pela dedicação;

Ao meu orientador, Prof. Dr. Antônio Wilson Menezes, que me ensinou muito;

A Eva e a Leormínio da PED, que colaboraram na coleta dos dados;

Ao meu namorado Elton, pela compreensão e pela força nas horas mais difíceis;

E a todos os amigos, em especial a José dos Anjos Soares Júnior, Aline Pimenta Motta e Sheila de Araújo Silva.

RESUMO

Esta monografia tem como objetivo apresentar o perfil das mulheres cônjuges ocupadas no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador, a partir de análise feita dos dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. Esta monografia analisou a situação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro e metropolitano, das mulheres cônjuges no mercado de trabalho, bem como mostrou a situação das mulheres cônjuges ocupadas na RMS. Além disso, foi abordado sobre a metodologia da PED, abordando os principais conceitos e indicadores, visando facilitar o entendimento dos micro-dados coletados. O principal resultado é que, apesar de mais instruídas, as mulheres estão concentradas em postos de trabalhos precários.

Palavras-chave: mercado de trabalho, trabalho feminino, mulher; mulher cônjuge, rendimento

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

TABELAS:

Tabela 1 – Indicadores comparados de pessoas de 10 anos ou mais – Brasil – 1991/2000 11

Tabela 2 – Rendimentos médios (por hora trabalhada) por gênero e por setor do mercado de trabalho – Brasil – 1999 12

Tabela 3 – Rendimentos médios (por hora trabalhada) por gênero e por faixa etária – Brasil – 1999 13

Tabela 4 – Rendimentos médios (por hora trabalhada) por gênero e por grau de instrução – Brasil – 1999..... 14

Tabela 5 – Rendimentos médios (por hora trabalhada) por gênero e por região – Brasil – 1999 . 15

Tabela 6 – População economicamente ativa total e de mulheres – Brasil e Grandes Regiões – 1999 16

Tabela 7 – Taxas de Participação, por sexo – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2000-2002 20

Tabela 8 – Distribuição dos ocupados por sexo, segundo setor de atividade econômica – Região
Metropolitana de Salvador – 2002 21

Tabela 9 – Distribuição dos ocupados por sexo, segundo posição na ocupação – Região Metropolitana de Salvador – 2002 22

Tabela 10 – Rendimento mensal médio dos ocupados no trabalho principal, segundo sexo – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2002 23

Tabela 11 – Proporção de ocupados em situação de trabalho vulnerável, por sexo – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2000-2002..... 24

Tabela 12 – Formas de contratação dos assalariados por sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2001 25

Tabela 13 – Distribuição dos homens e das mulheres, segundo a condição na família – No Brasil Urbano – 2001..... 29

Tabela 14 – Situação educacional da população, segundo a condição na família – No Brasil Urbano – 2001 30

Tabela 15 – Situação no emprego, por condição na família – No Brasil urbano – 2001 31

Tabela 16 – Grupos de ocupação, por condição na família – No Brasil urbano – 2001 32

Tabela 17 - Posição na ocupação, por condição na família – No Brasil urbano – 2001 33

Tabela 18 – Distribuição dos ocupados segundo setor de atividade econômica por sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2002/2004 40

Tabela 19 - Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação por sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2002/2004 41

Tabela 20 - Distribuição dos ocupados segundo atributos pessoais por sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2002/2004 43

Tabela 21 – Horas semanais trabalhadas dos ocupados no trabalho principal por sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2002/2004 44

Tabela 22 – Rendimento real médio dos ocupados segundo setor de atividade econômica por sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2002/2004 46

Tabela 23 - Rendimento real médio por hora dos ocupados segundo setor de atividade econômica por sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2002/2004 47

Tabela 24 - Rendimento real médio dos ocupados segundo posição na ocupação por sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2002/2004 48

Tabela 25 - Rendimento real médio por hora dos ocupados segundo posição na ocupação por sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2002/2004 49

Tabela 26 - Rendimento real médio dos ocupados segundo atributos pessoais por sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2002/2004 51

Tabela 27 - Rendimento real médio por hora dos ocupados segundo atributos pessoais por sexo – Região Metropolitana de Salvador – 2002/2004 52

GRÁFICO:

Gráfico 1 – Tempo Médio de Permanência no atual emprego das mulheres e homens assalariados (em meses) – Regiões Metropolitanas e Distrito Federal – 2001 25

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 07

2 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO 09
2.1 A SITUAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL 10
2.2 A SITUAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NAS REGIÕES METROPOLITANAS 19
2.3 A MULHER CÔNJUGE NO MERCADO DE TRABALHO 26

3 METODOLOGIA 34
3.1 CONCEITOS E INDICADORES 36

4 O PERFIL DAS MULHERES CÔNJUGES NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS) NOS ANOS 2002 – 2004 39
4.1 O TRABALHO DAS MULHERES CÔNJUGES 39
4.2 O RENDIMENTO DAS MULHERES CÔNJUGES 45

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS 54
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS 56

1 INTRODUÇÃO

A globalização da economia tem configurado um quadro de transformações econômicas e sociais. Segundo Gelinski e Ramos (2004), no que se refere ao mercado de trabalho, a globalização tem se traduzido na precarização e surgimento de novas relações de trabalho. Com o objetivo de reduzir os custos, as empresas adotam formas alternativas de contratação: trabalho de meio expediente, trabalho a domicílio, terceirização. Com aumento da informalidade, redução de salários e aumento de horas de trabalho, as formas precárias de trabalho ganham destaque.

De acordo com esses autores, a família vem passando por mudanças significativas que se aprofundam devido à globalização. Talvez a principal mudança seja a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Elas são mais bem qualificadas e mais baratas em relação aos homens, assim, elas têm conquistado espaço no mercado de trabalho e recusado a identidade de donas-de-casa. A gradativa independência da mulher significa o abandono das suas funções tradicionais. O problema é que isso fragilizou a família, visto que se ampliam as responsabilidades que recaem sobre as mulheres. Isto ocorre por que as mulheres ocupadas têm, muitas vezes, dupla jornada de trabalho, procurando conciliar o exercício de uma profissão com o trabalho doméstico.

A participação feminina no mercado de trabalho cresceu de maneira significativa no século XX, apesar de persistirem as desigualdades em que se fundamentam as relações de gênero. Os efeitos da precarização do mercado de trabalho recaem, de forma especial, sobre a mão-de-obra feminina devido, principalmente, à sua presença no emprego doméstico, onde praticamente não há reconhecimento de direitos trabalhistas. Além disso, a taxa de desemprego feminina é maior que a do homem, fato que se rebate negativamente sobre sua remuneração.

O desenvolvimento desta monografia tem como objetivo mostrar o perfil das mulheres cônjuges ocupadas no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Salvador, a partir de análise feita dos dados da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. É necessário estabelecer relações entre níveis de escolaridade, rendimentos, faixa etária, jornada de trabalho, posição na ocupação, participação nos setores de atividades, etc. das mulheres cônjuges, comparando-as aos homens e às mulheres em geral nos anos de 2002 a 2004.

Devido à constatação de que, nas últimas décadas, houve o aumento da participação feminina nos mercados de trabalho, decidiu-se, inicialmente abordar sobre a situação das mulheres na RMS. A partir de leituras feitas, verificou-se que as mulheres cônjuges estão tendo, cada vez mais, uma maior participação no mercado de trabalho. Assim, torna-se necessário de observar qual é o perfil dessas mulheres.

Esta monografia se divide em mais três capítulos. No segundo capítulo é abordada a situação das mulheres no mercado de trabalho em geral, nas Regiões Metropolitanas estudadas pela PED: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito Federal, com destaque para Região Metropolitana de Salvador, assim como será abordada a situação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho, que é a questão central da monografia.

O terceiro capítulo contém a metodologia de tratamento dos microdados da PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego, sendo abordados também os principais conceitos e indicadores necessários para o entendimento dos microdados coletados.

O quarto capítulo contempla uma análise dos microdados selecionados, com o objetivo de mostrar o perfil das mulheres cônjuges no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. O item 4.1 contém informações sobre escolaridade, posição na ocupação, cor, idade, jornada de trabalho, experiência de trabalho, migração, setor de atividade econômica da mulher cônjuge da RMS. No item 4.2 é abordado sobre o rendimento dessa mulher por faixas de escolaridade, cor, posição na ocupação, idade, migração, setor de atividade econômica.

O quinto capítulo contém as considerações finais, com os elementos de síntese do trabalho, com as principais descobertas, sugestões e recomendações.

2 A MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Neste capítulo é abordada a situação das mulheres no Brasil, nas Regiões Metropolitanas estudadas pela PED: Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Salvador, São Paulo e Distrito

Federal, com destaque para Região Metropolitana de Salvador, assim como será abordada a situação das mulheres cônjuges no mercado de trabalho.

É cada vez maior a importância da população feminina na força de trabalho brasileira. Porém a inserção das mulheres no mercado de trabalho continua se dando de forma diferenciada. Barreiras são vencidas e novas oportunidades são abertas enquanto velhas formas de desigualdade se reproduzem (DIEESE, 2002). Deste modo, é importante ressaltarmos que a inserção da mulher no mundo do trabalho vem sendo acompanhada, ao longo dos anos, por elevado grau de discriminação, não só no que tange à qualidade das ocupações que têm sido criadas tanto no setor formal como no informal do mercado de trabalho, mas principalmente no que se refere à desigualdade salarial entre homens e mulheres.

As mulheres aumentaram sua ocupação no mercado de trabalho nos anos 90, mas este período foi difícil para todos os trabalhadores, pois foi marcado pelo alto desemprego, pela queda dos rendimentos e precarização dos postos de trabalho (DIEESE, 2002).

Existem vários tipos de argumentações para tentar explicar as razões que estão fazendo com que a participação das mulheres no mercado de trabalho se torne expressiva (ALVES et al, 1997). Uma primeira refere-se à necessidade econômica, ou seja, a deterioração dos salários reais, isto é, a queda do poder aquisitivo pode ter obrigado as mulheres a buscar uma complementação da renda familiar.

Uma segunda se refere às mudanças no papel social da mulher a partir das pressões dos movimentos feministas, contribuindo para o aumento da oferta de trabalhadoras. Uma terceira diz respeito à industrialização crescente de bens e serviços do lar, proporcionando maiores possibilidades da mulher se inserir em uma atividade além do trabalho doméstico, principalmente no mercado informal, devido a vínculos mais flexíveis e jornadas de trabalho mais curtas.

Uma quarta se relaciona com a elevação do nível de escolaridade das mulheres e queda da taxa de fecundidade, tendo em vista a adoção de métodos anticonceptivos. A quinta argumentação diz respeito ao desemprego dos chefes de família, que perdem seus postos de trabalho, requisitando a mulher para o mercado de trabalho como forma de salvaguardar o nível de vida da família.

Segundo Galeazzi (2001), praticamente todos os indicadores do mercado de trabalho demonstram que as mulheres se inserem na atividade econômica em desvantagem, pois estão mais expostas ao risco do desemprego - taxas mais elevadas que a dos homens - e permanecem mais tempo que os homens à procura de trabalho. Quando ocupadas, a desigualdade persiste pela segregação ocupacional e pela remuneração inferior. Elas possuem ocupações de baixo status, com menores oportunidades de desenvolvimento e de ascensão ocupacional, e seus rendimentos do trabalho são inferiores aos auferidos pelos homens.

Mesmo assim, a despeito das desigualdades e das discriminações, a mudança do padrão de participação econômica das mulheres se fez acompanhar de alterações importantes na estrutura da família, ampliando as responsabilidades que recaem sobre as mulheres.

2.1 A SITUAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

De acordo com Fernandes e Mendonça (2004), observa-se um crescimento da participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil na última década (Tabela 1). Apesar desse crescimento, a participação das mulheres na atividade econômica é muito inferior ao dos homens.

A manutenção da distância entre as taxas de participação masculina e feminina, que em 2000, era cerca de 25 pontos percentuais - 69,0% masculina e 43,8% feminina - pode ser justificada de três formas, segundo os autores. Em primeiro lugar, a existência de restrições socioculturais e o estabelecimento de papéis historicamente diferenciados entre homens e mulheres nas famílias e domicílios.

Em segundo lugar, pode-se admitir a existência de discriminação pura e simples no mercado de trabalho. A discriminação pode ser observada pelo tratamento desigual dos agentes de produção iguais, partindo do princípio de que homens e mulheres são substitutos perfeitos quando possuem características produtivas iguais. Geralmente, esse tratamento desigual se dá em diferenciais de rendimento.

Em terceiro lugar, os demandantes de mão-de-obra podem diferenciar homens e mulheres de acordo com a ocupação, ou seja, eles são fatores de produção diferenciados. Esse argumento diz respeito mais especificamente à definição de algumas ocupações como "tipicamente" masculinas (por exemplo, construção civil, trabalhos braçais) ou femininas (por exemplo, serviço doméstico e confecção de vestuário e calçados).

Tabela 1
Indicadores comparados de pessoas de 10 anos ou mais
Brasil - 1991/2000

Indicadores selecionados (%)	1991			2000		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Taxa de atividade	51,8	71,5	32,9	56,1	69,0	43,8
Pessoas ocupadas na população de 10 anos ou mais de idade	49,0	68,3	30,5	47,6	60,8	35,2
Distribuição das:						
Pessoas de 10 anos ou mais de idade	100,0	49,0	51,0	100,0	48,7	51,3
Economicamente ativas	100,0	67,6	32,4	100,0	59,9	40,1
Ocupadas	100,0	68,2	31,8	100,0	62,1	37,9
Desocupadas	100,0	55,6	44,4	100,0	47,5	52,5
Não economicamente ativas	100,0	29,0	71,0	100,0	34,3	65,7

Fonte: IBGE, Censos Demográficos 1991 e 2000, apud. Fernandes & Mendonça (2004), p.23

Além disso, a proporção de mulheres ocupadas na população de 10 anos ou mais (em idade ativa) também cresceu, ao contrário do que aconteceu com a ocupação masculina. Assim como a proporção de mulheres na população economicamente ativa que, em 1991 era 32,4% e em 2000 passou a ser 40,1%. Elas eram 31,8% entre os ocupados em 1991 e, em 2000 passaram a 37,9%. Elas também passaram a pressionar com mais intensidade o mercado de trabalho, procurando mais trabalho: eram 44,4% dos desocupados em 1991, e passaram a 52,5% em 2000.

Maia e Lira (2002) calcularam os rendimentos médios, por hora trabalhada, dos homens e das mulheres no setor formal e informal. Os resultados, conforme vistos na Tabela 2, mostram que os rendimentos, em média, são mais elevados no mercado de trabalho formal se comparados aos do mercado informal, tanto dos homens como das mulheres. Estas, no entanto, possuem rendimentos médios menores do que aqueles dos homens. A maior diferença de rendimento está no mercado informal, visto que as mulheres recebem cerca de 78% dos rendimentos dos homens; já no mercado formal as mulheres recebem 86%. Isso se

deve ao fato de que as mulheres que trabalham no setor formal são mais protegidas legalmente pelo contrato de trabalho e, em geral, recebem todos os benefícios advindos como férias, décimo terceiro, salário família, etc.

Tabela 2
Rendimentos médios (por hora trabalhada) por gênero e por setor do mercado de trabalho - Brasil - 1999

Setor	Homem	Mulher	Taxa
Formal	4,01	3,44	0,86
Informal	2,87	2,24	0,78

Fonte: Elaboração própria das autoras, a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 1999 apud. Maia & Lira (2002), p.05
Nota: A taxa refere-se à relação entre o rendimento da mulher e o rendimento do homem; é a proporção do rendimento do homem que a mulher recebe.

Além disso, as autoras verificaram que o rendimento dos homens por faixa etária, ao passar dos anos, é mais elevado, com exceção dos mais idosos (Tabela 3). O rendimento das mulheres entre 49 a 65 anos de idade apresentou uma queda em torno de 10% em relação à remuneração das mulheres da faixa de 39 a 48 anos. Uma explicação plausível para isso seria que grande parte dessas mulheres podem ter ingressado tardiamente no mercado de trabalho, em virtude das obrigações familiares e domésticas e possivelmente apresentam menor escolaridade.

Tabela 3
Rendimentos médios (por hora trabalhada) por gênero e por faixa etária - Brasil - 1999

Idade	Homem	Mulher	Taxa
18 a 28 anos	2,24	1,99	0,89
29 a 38 anos	3,60	3,13	0,87
39 a 48 anos	4,46	3,46	0,78
49 a 65 anos	4,21	3,13	0,74

Fonte: Elaboração própria das autoras, a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 1999 apud. Maia & Lira (2002), p.06
Nota: A taxa refere-se à relação entre o rendimento da mulher e o rendimento do homem; é a proporção do rendimento do homem que a mulher recebe.

Desta forma, com idade avançada e pouca experiência profissional, elas acabaram recebendo remunerações inferiores a dos homens dessa faixa etária. As mulheres mais velhas receberam cerca de apenas 74% dos rendimentos dos homens mais velhos. Já as mulheres mais jovens receberam 89% dos rendimentos dos homens dessa faixa etária. É possível observar que, ao avançar a idade, aumentam as desigualdades salariais por gênero.

Os rendimentos médios tanto dos homens como das mulheres elevaram-se com o aumento do nível de escolaridade (Tabela 4). O maior incremento dos rendimentos entre os níveis de escolaridade se deu entre o segundo grau (9 a 11 anos de estudo) e o curso superior incompleto ou um nível acima (mais de 11 anos de estudo). Segundo as autoras, o incremento para os homens foi de 191% e para as mulheres foi de 180%.

Tabela 4
Rendimentos médios (por hora trabalhada) por gênero e por grau de instrução - Brasil - 1999

Grau de instrução	Homem	Mulher	Taxa
Sem escolaridade	1,44	1,20	0,83
1 a 4 anos de estudo	1,98	1,46	0,74
5 a 8 anos de estudo	2,43	1,70	0,70
9 a 11 anos de estudo	3,84	2,67	0,70
Mais de 11 anos de estudo	11,18	7,48	0,67

Fonte: Elaboração própria das autoras, a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 1999 apud. Maia & Lira (2002), p.07
Nota: A taxa refere-se à relação entre o rendimento da mulher e o rendimento do homem; é a proporção do rendimento do homem que a mulher recebe.

Outro aspecto é que quanto maior o nível de escolaridade, os diferenciais de rendimentos entre os homens e as mulheres são maiores. A tabela mostra que as mulheres mais instruídas recebem apenas 67% dos rendimentos dos homens, enquanto que as sem instrução recebem 83%. Assim, percebe-se que a mulher mais instruída é pouco valorizada no mercado de trabalho, embora receba rendimentos mais elevados ao adquirir mais nível de escolaridade.

Observando a Tabela 5, de acordo com as regiões brasileiras, nas regiões norte e nordeste, os rendimentos médios apresentam-se mais baixos e as taxas ou as proporções dos rendimentos

dos homens recebidas pelas mulheres são mais elevadas, ocorrendo o inverso nas regiões centro-oeste, sudeste e sul.

Tabela 5
Rendimentos médios (por hora trabalhada) por gênero e por região - Brasil - 1999

Grau de instrução	Homem	Mulher	Taxa
Norte	2,90	2,59	0,89
Nordeste	2,52	2,18	0,87
Centro-Oeste	3,66	2,99	0,82
Sudeste	3,90	3,21	0,82
Sul	3,89	3,10	0,80

Fonte: Elaboração própria das autoras, a partir dos microdados da PNAD/IBGE de 1999 apud. Maia & Lira (2002), p.07
Nota: A taxa refere-se à relação entre o rendimento da mulher e o rendimento do homem; é a proporção do rendimento do homem que a mulher recebe.

Pode-se dizer, então, que nas regiões menos favorecidas, onde há maior concentração de trabalhadores com baixa renda, a desigualdade salarial entre homens e mulheres tende a ser menor, pois nessas regiões há falta de oportunidade para ambos os sexos obterem um emprego com melhor salário. Já nas regiões mais ricas, onde as oportunidades se diversificam, a desigualdade entre os rendimentos dos homens e das mulheres tende a ser maior.

A integração das mulheres ao mercado de trabalho foi espantosa. De acordo com Bruschini e Lombardi (2002), em 1976 existiam 11,4 milhões de mulheres economicamente ativas no país, e, na década de 90, passou de 22,9 milhões em 1990 para 31,3 milhões em 1998; a taxa de atividade feminina chegou a pouco mais de 47% em 1998.

A intensa queda da fecundidade reduziu o número de filhos por mulher, sobretudo nas cidades e nas regiões mais desenvolvidas do país: de 5,8 filhos em 1970 para 2,3 em 1999. As famílias reduziram seu tamanho (3,4 membros no final dos anos 90), e houve aumento no número de famílias chefiadas por mulheres.

Por sua vez, as trabalhadoras que até o final dos anos 70, em sua maioria, eram jovens, solteiras e sem filhos passaram a ser mais velhas, casadas e mães a partir da década de 80: em

1998, a mais alta taxa de atividade, superior a 66%, era encontrada entre mulheres de 30 a 39 anos, e cerca de 63% das de 40 a 49 anos também eram ativas; a atividade das esposas (categoria cônjuges do IBGE) passou de 37,6% no começo da década para 51,3% em 1998; o nível de atividade das mães com filhos menores de dois anos era de 47%, alcançando níveis mais altos quando as crianças atingiam entre quatro e cinco anos (62%), sugerindo que a maternidade e as responsabilidades familiares não impediam mais o trabalho feminino, como ocorria até a década de 1970.

Além disso, ao ingressarem no mercado de trabalho, as mulheres de todo o mundo, enfrentam barreiras a serem transpostas. Poucas são alçadas a cargos de hierarquia mais elevadas do mercado de trabalho, além de serem destinados a elas postos de trabalho localizados nas áreas mais ligadas à atividade feminina: serviços, educação (de crianças e jovens), serviços de limpeza, trabalho social, comércio de mercadorias ou atividades agrícolas.

No Brasil não é diferente. É cada vez maior a importância das mulheres no mercado de trabalho. Segundo o DIEESE (2001), em 1973, cerca de 11 milhões de mulheres estavam na população economicamente ativas, ou seja, elas correspondiam a 30,9% da PEA. Esse número triplicou até 1999, quando elas passaram a representar 41,4% das pessoas no mercado de trabalho, isto é, elas passaram a ser quase 33 milhões (Tabela 6).

Tabela 6
População economicamente ativa total e de mulheres
Brasil e Grandes Regiões - 1999

Regiões	População Economicamente Ativa		
	Total	Mulheres	%
Norte Urbana	3.533.532	1.459.910	41,3
Nordeste	22.344.532	9.211.091	41,2
Sudeste	34.422.715	14.232.953	41,3
Sul	13.150.894	5.560.105	42,3
Centro-Oeste	5.749.675	2.336.151	40,6
Brasil	79.315.287	32.834.366	41,4

Fonte: IBGE,PNAD, apud. DIEESE (2001), p.105

Apesar das regiões brasileiras terem características diferenciadas, a participação feminina no mercado de trabalho é bastante homogênea. Em quase todas as regiões, as mulheres correspondem a mais de 40% da PEA, o que demonstra um expressivo movimento de conquista de espaço na atividade econômica. No entanto, ainda existem muitas mulheres que, embora trabalhem, estão ausentes das estatísticas, ocultas no trabalho doméstico, na "ajuda" em negócios familiares, no cuidado das crianças, idosos, e doentes, e outras dentre muitas atividades consideradas ora não-econômicas, ora como complementares de outras mais relevantes. Esse mascaramento é ainda mais intenso nas áreas rurais, em particular nas regiões dedicadas à agricultura de subsistência, onde o cultivo é responsabilidade da família como um todo.

Tomando como base os indicadores do IBGE, em sua maior parte construídos a partir das informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), Carvalho Neto (2002) verificou que no período de 1992/1999, a oferta de mão-de-obra cresceu 13,8% no Brasil. O contingente de pessoas à disposição do mercado passou de 69,7 milhões, em 1992, para 79,3 milhões, em 1999. Em sua composição, o contingente de mulheres, no período, passou de 27,4 para 32,8 milhões.

A taxa de atividade brasileira teve um pequeno declínio de 61,5% em 1992 para 61,0%, em 1999. Na distribuição por gênero, constata-se o aumento da participação da mulher, na composição da PEA de 47,2% para 49,0%, enquanto a participação dos homens diminuiu de 73,7% para 71,2%.

Das variáveis que têm concorrido para alteração do perfil da PEA, destaca-se a queda da fecundidade que, de 2,7 filhos em 1992, passou para 2,3 filhos em 1999. A taxa de fecundidade no Brasil vem caindo desde 1960 – que era 3,4%, passando em 1970 para 2,5%, em 1980 para 1,93%, chegando a 1,4% em 1992/1999. Isso além de significar que a população está envelhecendo, também sinaliza que as mulheres estão mais dispostas a ocupar cada vez mais espaços públicos.

Segundo os ramos de atividade do trabalho principal, é acentuada a presença da mulher no setor de prestação de serviços e no setor social. Em 1999, esse contingente de mulheres era,

respectivamente de 8,4 milhões e de 5,0 milhões. Além disso, a maior participação no setor industrial, agrícola e de comércio de mercadorias continua pertencendo aos homens.

Segundo o rendimento, constata-se que persistem os diferenciais de gênero. Em todas as classes de rendimento, a posição do homem é muito mais vantajosa. Um número expressivo de mulheres (2,4 milhões) recebe até ½ salário mínimo. O contingente feminino enquadrado na classe de mais de 20 salários mínimos é significantemente menor (472,7 mil) do que o de homens situados no mesmo patamar (1,5 milhão). Um outro dado relevante é a quantidade de mulheres sem rendimento, que alcança 34,4 milhões, quase o dobro de homens na mesma posição. Então, verifica-se que, apesar do melhoramento de alguns indicadores que se possa constatar em uma análise mais aprofundada, ainda persiste o estatuto estereotipado de subordinação da mulher.

O banco de dados da Fundação Carlos Chagas (2004) evidencia com clareza a crescente participação feminina no mercado de trabalho. Ao analisar o comportamento da força de trabalho feminina no Brasil nos últimos 25 anos, o que chama a atenção é a persistência do seu crescimento. Com um acréscimo de 25 milhões de trabalhadoras entre 1976 e 2002, as mulheres desempenharam um papel muito mais relevante do que os homens no crescimento da população economicamente ativa.

Nos últimos anos, as mulheres brasileiras adquiriram maior nível de escolaridade. Em 1993, 22,9% das mulheres tinham mais de 11 anos de estudo, ou seja, tinham completado no mínimo o 2º grau, passando para 36,5% em 2002. Já as porcentagens dos homens que tinham mais de 11 anos de estudo ficam de 16,1% em 1993 a 26,3% em 2002.

A associação entre a escolaridade e a participação das mulheres no mercado de trabalho é intensa. Assim como os homens, a atividade das mulheres aumenta entre as que têm mais de oito anos de estudo (que corresponde à escolaridade obrigatória do primeiro grau), mas são aquelas que têm nível superior de ensino (15 anos ou mais) as mais ativas, com uma taxa de atividade de 82,6% em 2002, sendo a taxa de atividade feminina total de 50,3% nesse mesmo ano.

Além disso, as análises feitas pela Fundação Carlos Chagas demonstram que as mulheres continuam sendo mais concentradas na prestação de serviços, principalmente no emprego

doméstico, nas atividades de comércio e no setor agrícola. Em 2002, 0,93% dos ocupados e 17,4% das ocupadas executavam serviços domésticos, ao passo que 16,8% das mulheres ocupadas exerciam atividades nas áreas de educação, saúde e serviços sociais contra apenas 3,4% dos homens.

Informações sobre a posição na ocupação indicam que, em 2002, tanto entre os homens como entre as mulheres, o mais comum é ser empregado assalariado (respectivamente 59% e 47%). No entanto, um percentual mais expressivo das mulheres (34%) quando comparado aos homens (9%) ocupa posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, seja como trabalhadoras domésticas, seja como não remuneradas ou ainda como trabalhadoras para o consumo próprio ou do grupo familiar. Por exemplo, entre as trabalhadoras domésticas, 75% não possuem carteira de trabalho e 94% ganham até 2 salários mínimos.

Com relação ao rendimento, os dados da Fundação Carlos Chagas mostram que, em 1976, 56% dos homens e 68% das mulheres ganhavam até dois salários mínimos, chegando em 1998 com 39% deles e 47% delas ganhando neste mesmo patamar. Já em 2002, a porcentagem de homens e mulheres ganhando até dois salários mínimos volta a subir, 51% e 58%, respectivamente.

Verifica-se, então, que, apesar do crescimento das mulheres no mercado de trabalho, apesar da sua alta escolaridade, a mulher ainda está ocupando postos de trabalho mais vulneráveis, precários e ganham menos que os homens, independente da escolaridade, da posição na ocupação, da jornada de trabalho e do setor de atividade econômica.

2.2 A SITUAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NAS REGIÕES METROPOLITANAS

De acordo com Menezes e Carrera-Fernandez (2004), a mulher, na Região Metropolitana de Salvador, apresenta um nível de escolaridade 10% maior ao do homem, enfrenta uma jornada semanal de trabalho 11% inferior, aufere um rendimento inferior, correspondente a 63,5% do rendimento do homem. Além disso, os autores concluem que as mulheres mais propensas ao mercado de trabalho são as jovens de cor negra que apresentam um menor nível de escolaridade e uma maior experiência de trabalho.

De acordo com os dados do DIEESE (2003), as taxas de participação por sexo dos últimos anos revelam que o movimento feminino de entrada no mercado de trabalho é mais intenso do que o masculino. A taxa de participação feminina cresceu, em Salvador, 1,6 ponto percentual, passando de 53,9% em 2000 para 55,5% em 2002 (Tabela 7). Entre os homens, houve relativa estabilidade da taxa de participação, passando de 69,2% em 2000 para 69,8% em 2002.

No Distrito Federal e na Região Metropolitana de Belo Horizonte, a taxa de participação das mulheres cresceu cerca de dois pontos percentuais, enquanto que, em Recife e Porto Alegre a taxa praticamente ficou estável, crescendo em 1,7 ponto percentuais em São Paulo. Com relação aos homens, houve relativa estabilidade, exceto no Distrito Federal, onde ocorreu um aumento de 1,5 ponto percentual e em Porto Alegre onde decresceu 2,5 pontos percentuais.

Tabela 7
Taxas de Participação, por sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2000-2002

em (%)

Regiões Metropolitanas	Mulheres			Homens		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Belo Horizonte	48,9	50,1	50,9	67,7	67,6	67,8
Distrito Federal	55,9	56,6	58,0	70,3	70,5	71,8
Porto Alegre	49,7	49,6	49,3	69,2	68,5	66,7
Recife	44,2	44,1	44,2	64,6	64,3	63,9
Salvador	53,9	54,8	55,5	69,2	69,2	69,8
São Paulo	52,7	53,8	54,4	73,4	72,9	73,4

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
apud. DIEESE (2003), p.2

Em Salvador, as mulheres, quando ocupadas, concentram-se, em sua maioria, no setor de serviços, representando 58,2% das ocupadas em 2002 (Tabela 8). Além disso, é expressivo, também, o percentual de mulheres que trabalham nos serviços domésticos, como empregadas mensalistas ou diaristas (20,4%). Os homens encontram-se em maior porcentagem também no setor de serviços (59,7%). Há um relativo equilíbrio entre a contratação feminina e masculina no comércio, porém nos setores da indústria e na construção civil, observa-se um percentual maior de homens ocupados.

Tabela 8
Distribuição dos ocupados por sexo, segundo setor de atividade econômica
Região Metropolitana de Salvador- 2002

(em%)

Setor de atividade	Total	Mulheres	Homens
Indústria	8,4	4,7	11,4
Construção Civil	5,2	(1)	9,0
Comércio	16,3	15,5	17,0
Serviços	59,0	58,2	59,7
Serviços Domésticos	10,1	20,4	1,3
Demais	1,1	(1)	1,5
Total de Ocupados	100,0	100,0	100,0

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
apud. DIEESE (2003), p.3
Nota: (1) A amosta não comporta a desagragação para essa categoria

Tanto os homens quanto as mulheres são, na maioria, empregados assalariados. Entre os assalariados de empresas privadas, a maioria possui carteira assinada, correspondendo a 26,7% das mulheres e 40,1% dos homens. As menores taxas de mulheres assalariadas, em Salvador, se devem ao fato de que existe alto contingente feminino no trabalho doméstico, equivalendo ao percentual de autônomas (Tabela 9).

No entanto, segundo o DIEESE (2003), no setor privado, houve um aumento de percentual de homens e mulheres contratados sem carteira, e, portanto, sem as garantias trabalhistas mínimas contempladas pela CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas). Além disso, o alto percentual de mulheres no setor público, comparado ao dos homens, pode ser explicado pelo fato que existe uma expressiva presença feminina nos ramos de educação e de saúde. Em Salvador, elas representam 16,8% e os homens 11,8%.

Tabela 9
Distribuição dos ocupados por sexo, segundo posição na ocupação
Região Metropolitana de Salvador- 2002

(em%)

Setor de atividade	Total	Mulheres	Homens
Assalariados (1)	**59,9**	**53,6**	**65,2**
Setor Privado	45,7	36,8	53,4
Com carteira	33,9	26,7	40,1
Sem carteira	11,8	10,1	13,3
Setor Público	14,1	16,8	11,8
Autônomos	**23,1**	**20,5**	**25,3**
Empregadores	**4,2**	**2,7**	**5,4**
Empregados Domésticos	**10,1**	**20,4**	**1,3**
Trabalhadores familiares	**1,2**	**1,6**	**0,9**
Outras Posições	**1,6**	**1,3**	**1,8**
Total de Ocupados	**100,0**	**100,0**	**100,0**

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
apud. DIEESE (2003), p.4
Nota: (1) Inclusive os que não sabem informar se a empresa onde trabalham é pública ou privada.

Em relação aos rendimentos, os dados evidenciam que a remuneração feminina é inferior à do homem, porém, constata-se que a diferença entre os rendimentos femininos e masculinos está diminuindo nos últimos três anos. Em 2002, o rendimento das mulheres soteropolitanas correspondia a 66,2% do masculino, como pode ser observado na Tabela 10. A maior aproximação entre os rendimentos de homens e mulheres ocorreu na Região Metropolitana de Porto Alegre, onde as mulheres ganham 71,7% do que recebem os homens. A Grande São Paulo, porém, registra a maior diferença (65,5%).

Segundo o DIEESE (2003), ocorreram dois movimentos no período entre 2001 e 2002: ocorreu um decréscimo de todos os rendimentos, de forma geral, e diminuição dos rendimentos recebidos pelos homens em todas as regiões estudadas, exceto o Distrito Federal. As mulheres, por sua vez, tiveram um desempenho melhor.

Tabela 10
Rendimento mensal médio dos ocupados no trabalho principal, segundo sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2002

(em Reais de janeiro de 2002)

Regiões Metropolitanas	Mulheres	Homens	Total	Rendimento das mulheres em relação ao dos homens (%)		
				2000	2001	2002
Belo Horizonte	511	753	640	61,6	61,9	67,9
Distrito Federal (1)	-	-	-	-	-	-
Porto Alegre	585	816	718	68,3	69,1	71,7
Recife	392	573	494	65,1	65,9	68,4
Salvador	449	678	570	63,1	64,8	66,2
São Paulo	630	962	815	64,7	64,1	65,5

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
apud. DIEESE (2003), p.8
Nota: (1) Série histórica passando por revisão técnica
Obs.: a) Inflatores utilizados: IPCA/BH/IPEAD; IPC-IEPE/RS; IPC-DESCON/FUNDAJ/PE; IPC-SEI/BA; ICV-DIEESE/SP

Outra coisa a ser abordada é a inserção vulnerável no mercado de trabalho, a qual é aquela representada pelo assalariamento sem carteira assinada, trabalho doméstico, trabalhadores familiares e autônomos que trabalham para o público. Assim, o percentual de mulheres que ocupam postos de trabalho precários é superior ao dos homens em todas as regiões. Em 2002, na RMS, as mulheres em trabalho vulnerável superam o percentual de homens, pois representam 49,9% e eles, 35,3% (Tabela 11).

> A vulnerabilidade do vínculo de trabalho, no caso das mulheres, pode ser explicada pela grande presença da mão-de-obra feminina no emprego doméstico e, de forma menos expressiva, como trabalhadoras familiares. Os homens, por sua vez, trabalham mais como autônomos que prestam serviços para o público e assalariados sem carteira de trabalho assinada. (DIEESE, 2003, p.7).

Esses dados confirmam a inserção precária da mulher no mercado de trabalho, independente da região. Segundo o DIEESE (2003), em 2002, as mulheres em trabalho vulnerável superavam aos homens em mais de 30% e, no Distrito Federal, este percentual chegava a ser 58% maior. Apesar disso, nota-se uma redução dessa diferença observando os anos de 2000 e 2002. Em algumas regiões a proporção de mulheres ocupando postos de trabalho precários vem se reduzindo ao longo desses anos, com exceção do Distrito Federal que teve uma redução em 2001, porém voltou a aumentar em 2002.

Tabela 11
Proporção de ocupados em situação de trabalho vulnerável (1), por sexo
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2000-2002

em (%)

Regiões Metropolitanas	Mulheres			Homens		
	2000	2001	2002	2000	2001	2002
Belo Horizonte	43,0	42,2	41,8	31,0	30,9	31,9
Distrito Federal	37,1	35,3	37,3	25,3	23,6	23,6
Porto Alegre	36,2	35,9	35,7	25,8	27,2	26,9
Recife	51,6	50,0	49,1	36,4	35,6	35,7
Salvador	50,9	49,7	49,9	34,8	34,8	35,3
São Paulo	44,2	43,7	42,5	32,1	31,8	29,4

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
apud. DIEESE (2003), p.7
Nota: (1) Inclui os assalariados sem carteira de trabalho assinada, os autônomos que trabalham para o público, os trabalhadores familiares não-remunerados e os empregados domésticos

Segundo o DIEESE (2002), o setor privado é o que mais emprega os trabalhadores independente do sexo, porém é no setor público que o percentual de mulheres é mais significativo que o dos homens. Em Salvador, 23,7% do total dos empregados estão no setor público, sendo que 18,2% dos homens e 31,6% das mulheres estão alocados em postos públicos (Tabela 12). No serviço público, a maior parcela de trabalhadores é constituída por servidores estatutários, aqueles com contratos através de concurso público. Existem também os servidores não estatutários, os quais são geralmente celetistas, ou seja, seus contratos são regidos pela CLT.

Na Região Metropolitana de Salvador, o percentual de homens contratados no setor privado com carteira e sem carteira assinada é maior que o de mulheres. A diferença entre o percentual de homens e mulheres contratados com carteira é acima dos 10 pontos percentuais. Os assalariados sem carteira assinada são contratados de forma irregular, ou seja, são privados dos direitos trabalhistas. O percentual de homens soteropolitanos nesta situação é de 20,3%, e das mulheres, 18,4%.

Tabela 12
Formas de contratação dos assalariados por sexo
Região Metropolitana de Salvador- 2001

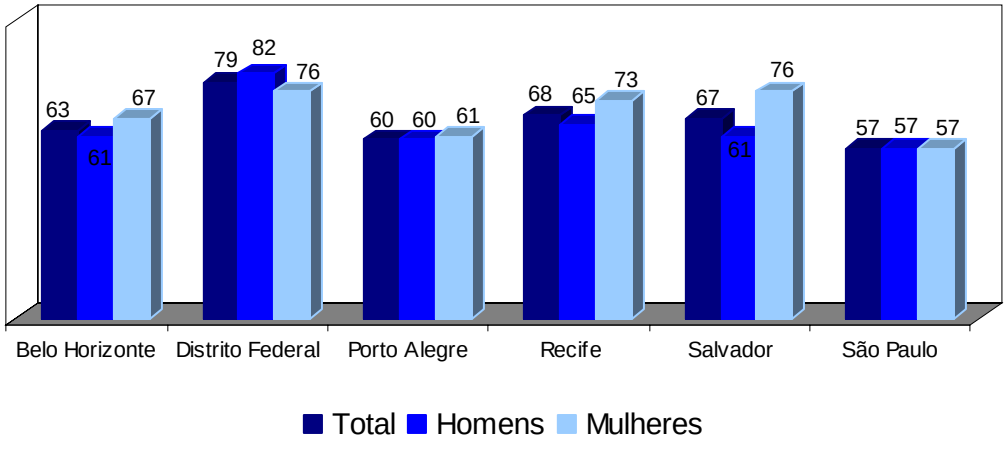
(em%)

Formas de Contratação	Total	Homens	Mulheres
Setor Privado	**76,3**	**81,8**	**68,4**
Com Carteira	56,8	61,5	50,0
Sem Carteira	19,5	20,3	18,4
Setor Público	**23,7**	**18,2**	**31,6**
Estatutário	15,5	11,4	21,6
Não Estatutário	8,2	6,8	10,0
Total	100,0	100,0	100,0

Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTE/FAT e convênios regionais. PED - Pesquisa de Emprego e Desemprego
apud. DIEESE (2002), p.37

A rotatividade de mão-de-obra, de acordo com o DIEESE (2002), atinge homens e mulheres de maneira semelhante, ainda que haja uma diferença regional no tempo médio de permanência no atual emprego, como se pode ver no Gráfico 1.

Gráfico 1
Tempo Médio de Permanência no atual emprego das mulheres e homens assalariados (em meses)
Regiões Metropolitanas e Distrito Federal - 2001



Fonte: Convênio DIEESE/SEADE, MTEFAT e convênios regionais. PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego
Apud. DIEESE (2002), p. 38.

No Distrito Federal, os homens permanecem mais tempo (82 meses, ou quase sete anos) no atual emprego que as mulheres (76 meses , ou seis anos e quatro meses). São Paulo é a região que possui a maior rotatividade no emprego, os homens e mulheres trabalham no mesmo local, em média, por apenas quatro anos e nove meses (57 meses).

Nas demais regiões o tempo médio de permanência na mesma ocupação das mulheres é maior do que o dos homens. Em Salvador, as mulheres ficam 76 meses no emprego atual, enquanto que os homens ficam apenas 61 meses (aproximadamente cinco anos).

Portanto, verifica-se que, nas regiões estudadas, participação crescente das mulheres no mercado de trabalho, apesar do seu grande percentual em trabalhos vulneráveis. Os rendimentos das mulheres são menores que as dos homens, porém a diferença entre o rendimento masculino e feminino vem caindo durante os anos de 2000-2002. Além disso, a maioria das mulheres da RMS estão alocadas no setor serviços, além de ser expressiva a sua participação no emprego doméstico e no setor público.

2.3 A MULHER CÔNJUGE NO MERCADO DE TRABALHO

Segundo Sedlacek e Santos (1991), na década de 1980 houve um crescimento tanto da participação das mulheres cônjuges quanto das chefes de família no mercado de trabalho. A proporção de mulheres cônjuges ocupadas, no mercado de trabalho brasileiro, passou de 46,1% em 1983 para 46,7% em 1988, enquanto que a proporção de mulheres chefes ocupadas evoluiu de 12,5% em 1983 para 13,9% em 1988.

Observa-se que, dentre as trabalhadoras, no Brasil, ao longo do período 1983/88, as mulheres cônjuges são mais jovens (35 anos em média) do que as chefes de família (39 anos em média), elas trabalham jornadas mais curtas (37 horas) do que as chefes (42 horas), porém os salários auferidos pelas chefes são superiores àqueles recebidos pelas cônjuges.

De acordo com o estudo desses autores, a propensão de os cônjuges femininos trabalharem é maior: a) quanto maior for o seu nível de escolaridade; b) quanto maior a idade de seus filhos e quanto menor o número destes; e c) quando a mulher encontra-se, principalmente, na faixa etária entre 20 e 29 anos.

Isto quer dizer que, um maior nível de escolaridade das mulheres estimula a inserção das esposas no mercado de trabalho e permite sua maior participação, pois se torna mais atrativo para elas se engajarem na força de trabalho do que alocar seu tempo com trabalhos domésticos. Além disso, a quantidade de filhos, isto é, o tamanho da família, diminui a propensão de as mulheres ingressarem no mercado de trabalho, pois elas terão menos tempo para se dedicarem a trabalhos extradomésticos.

Ramos e Soares (1994) analisaram que as mulheres de famílias mais pobres participam menos da força de trabalho do que as mulheres ricas, isto porque as mulheres casadas pobres, não têm um bom nível de escolaridade e têm um grande número de filhos. Estes são obstáculos que as esposas pobres têm que enfrentar para se inserirem no mercado de trabalho. Além do fato de que estas mulheres pobres têm perspectivas de menores salários e maior tempo dedicado a atividades domésticas.

Desse modo, não necessariamente quanto menor for a renda do marido, maior será a participação de suas esposas no mercado de trabalho. Isto vai depender da escolaridade destas, do seu número de filhos, de sua cor, do rendimento familiar, etc.

Castro (2001) analisou que, em 1999, segundos dados da PNAD, no Brasil 11.772.676 casais com filhos residentes em domicílios particulares – ou seja, esse é o número de mulheres no estatuto de esposa ou companheira – sobrevivem com uma renda familiar per capita até um salário mínimo. Enquanto que 3.254.992 mulheres, em tal condição de pobreza, estão na posição de chefe de família e com filhos residentes em domicílios particulares.

> As mulheres em famílias monoparentais, que viriam de famílias constituída por cônjuges, ou seja, que foram esposas, empobrecem não porque se tornaram chefes de família, porque deixaram de ter um provedor, mas, com a maior probabilidade, porque foram esposas antes e, assim, não tiveram as mesmas oportunidades dos homens, casados ou vivendo sós, ou das mulheres sós, de investir em carreira, de socializar-se com as regras do e no mercado. Por outro lado, os diferenciais de rendimentos entre mulheres e homens chefes de família de igual escolaridade e idade (...) são negativos para as mulheres, indicando que, independente do estado conjugal e da situação quanto à maternidade, as mulheres seriam vistas como esposas e mãe no mercado. Portanto, mesmo quando únicas provedoras do núcleo familiar, teriam seu rendimento considerado como complementar. (CASTRO, 2001, p. 92).

Soares e Izaki (2002) observaram que os anos 90 foram marcados pelo ingresso em massa de mulheres casadas no mercado de trabalho, que passaram a disputar em condições muito mais favoráveis espaço com as chefes de domicílio.

Em 1977, por exemplo, a taxa de participação de mulheres casadas no total das que trabalhavam era de 26% em relação a 46% das chefes de domicílio, que foram à luta para garantir o sustento da família em todo o país. Em 1997, decorridos apenas 20 anos, essa diferença caiu para quatro pontos percentuais, com as mulheres casadas praticamente dividindo o mercado com as chefes de domicílio.

Segundo os pesquisadores, a cada ano, avança a taxa de participação feminina para quase todos os níveis educacionais, tanto da mulher como de seu cônjuge. Além disso, as mulheres com maior nível educacional têm taxas superiores àquelas com nível menor para um mesmo nível de renda ou instrução do cônjuge.

Quanto maior a renda ou o nível educacional do cônjuge, menor a taxa de participação da mulher. Esse comportamento é mais forte para mulheres com nível de instrução médio e menos forte para mulheres com instrução superior. Já as mulheres sem nenhum diploma têm taxas de participação baixas para qualquer nível de renda dos cônjuges, e as mulheres com diploma superior têm taxas altas, qualquer que seja o nível de renda dos cônjuges.

Em suma, segundo os autores, a melhoria educacional das mulheres cônjuges permitiu que estas entrassem fortemente no mercado de trabalho mas a velocidade desta entrada está cada vez menor.

Costa e Oliveira (2003) verificaram que, com base nos dados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, no setor comércio, na Região Metropolitana de Salvador, as chefes de família possuem as menores taxas de participação, enquanto as cônjuges possuem as taxas mais altas, 20,0% e 41,8% respectivamente. No setor serviços, as mulheres cônjuges são a maioria e representam 40,5% do total feminino que está alocado nesse setor. As mulheres que ocupam a posição de chefes de família, inseridas nos serviços domésticos, apresentam taxas de 20,4% em Salvador. Entretanto, a grande maioria das mulheres alocadas no emprego doméstico ocupa a posição de cônjuges (28,6%), com alta probabilidade de estar complementando a renda familiar.

Olinto e Oliveira (2004) examinaram, através dos dados da PNAD, as desigualdades intrafamiliares, tomando-se como parâmetro duas categorias que são socialmente construídas por gênero. A primeira delas se refere à categoria pessoa de referência na família, que expressa a imagem da figura e da autoridade masculina do chefe da família. O termo pessoa de referência veio a substituir a noção de chefia da família. A segunda categoria, a do cônjuge, permanece sendo culturalmente associada à figura feminina e reflete a posição de inferioridade da mulher no interior do grupo familiar.

De acordo com os dados da Tabela 13, no Brasil urbano, 47,2% dos homens se concentram na categoria pessoa de referência, enquanto a representação das mulheres na condição de pessoa de referência na família gira em torno de 18%. Percebe-se também que a maior proporção dos homens (50,5%) e das mulheres (41,8%) está situada na categoria filhos. Quando ambos deixam de ocupar essa condição, tomam caminhos distintos; os homens passam, preferencialmente, a ocupar a posição de pessoa de referência na família, e as mulheres localizam-se, sobretudo, na categoria cônjuge (39,0%). É necessário ressaltar também que, entre os homens, a proporção de cônjuge é de apenas 1,8%.

Tabela 13
Distribuição dos homens e das mulheres, segundo a condição na família,
No Brasil urbano - 2001

(em %)

Condição na Família	Homem	Mulher	Total
Pessoa de referência	47,2	18,2	32,2
Cônjuge	1,8	39,0	21,1
Filhos	50,5	41,8	46,0
Outro	0,5	1,0	0,8
Total	100,0	100,0	100,0
Total (milhões de pessoas)	64,5	69,4	134,0

Fonte dos dados brutos: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD)
apud. Olinto e Oliveira (2004), p.29

Além disso, de acordo com a situação educacional, a mulher cônjuge está ligeiramente melhor preparada para o mercado de trabalho do que os membros que são denominados de "referência" na família. Ela apresenta melhor resultado na habilitação para a leitura (90,8%) e o maior percentual entre os que têm mais de oito anos de estudo (33,0%). Quanto á freqüência à escola, os resultados para a mulher de referência e a cônjuge são semelhantes, 7,2% e 7,1% respectivamente, sugerindo que a mulher procura, mais que o homem, a educação na fase adulta, independentemente da sua condição como referência ou cônjuge. Com relação ao homem de referência, 89,2% sabem ler, 42,1% tem quatro anos de estudo ou menos, e apenas 31,4 possui mais de oito anos de estudo e, 4,7% freqüentam a escola (Tabela 14).

Tabela 14
Situação educacional da população, segundo a condição na família,
No Brasil urbano - 2001

Situação Educacional	Homem Referência	Mulher Referência	Mulher Cônjuge
Sabe ler	89,2	84,9	90,8
Quatro anos de estudo ou menos	42,1	46,4	38,7
Mais de oito anos de estudo	31,4	30,3	33,0
Freqüenta a escola	4,7	7,2	7,1

Fonte dos dados brutos: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD)
apud. Olinto e Oliveira (2004), p.37

De acordo com a situação no emprego, observa-se que os indicadores de formalização no trabalho (carteira assinada, contribuição para a previdência e 40 horas de trabalho) são melhores entre os homens e inferiores entre as mulheres. Com relação à carteira assinada, 68,8% dos homens de referência, 53,0% das mulheres de referência e 55,7% das mulheres são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Dentre os homens de referência 88,7% trabalham 40 horas ou mais, o que sugere condição mais favorável de trabalho; dentre as mulheres referência e cônjuge, essa porcentagem é de 67% e 60,5% respectivamente (Tabela 15).

Além disso, as diferenças entre os sexos permanecem, mas são menores, no que diz respeito ao trabalho em empresas de maior porte e ao tempo no trabalho. Outro aspecto a destacar é o alto percentual de mulheres referência e cônjuges (35,2% e 38,5%) no emprego público, o que

talvez ajude nas diferenças menos acentuadas entre homem referência, mulher referência e cônjuge em empresas de maior porte.

Tabela 15
Situação no emprego, por condição na família,
No Brasil urbano - 2001

(em %)

Situação no Emprego	Homem Referência	Mulher Referência	Mulher Cônjuge
Carteira assinada (1)	68,8	53,0	55,7
Contribui para a previdência	57,2	52,2	51,3
Horas de trabalho de 40 e mais	88,7	67,0	60,5
Pessoas no emprego de 11 anos ou mais (2)	68,1	60,3	64,0
Anos no trabalho de pessoas de 11 anos ou mais (3)	33,5	29,2	25,7
Emprego público	19,3	35,2	38,5

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD)
apud. Olinto e Oliveira (2004), p.39
(1) Pessoa empregada, exclusive militar, funcionário público e empregado doméstico.
(2) Só empregados do setor privado na semana de referência
(3) Pessoas ocupadas na semana de referência, no trabalho principal

Observando a Tabela 16, verifica-se que as mulheres estão, em sua maioria, na categoria prestação de serviços: 39,1% das mulheres referência e 27,7% das mulheres cônjuges estão nessa categoria, na qual se encontram apenas 2,5% dos homens. Nas atividades de técnica, ciência e arte, as mulheres estão também proporcionalmente mais representadas, assim como no comércio (14,4% das mulheres referência e 16,7% das cônjuges).

As ocupações onde se concentram proporções maiores de homens referência são a indústria, o transporte e a agropecuária. As atividades administrativas são as únicas em que existe um equilíbrio entre as três categorias. Verifica-se que é bastante semelhante o padrão das mulheres referência e das mulheres cônjuges, ambas contrastando com o homem de referência.

Tabela 16
Grupos de ocupação, por condição na família,
No Brasil urbano - 2001

(em %)

Grupos de Ocupação	Homem Referência	Mulher Referência	Mulher Cônjuge
Indústria	30,1	9,5	10,9
Transporte	9,1	0,8	0,6
Agropecuária	8,9	4,5	6,6
Administrativa	14,2	14,2	14,2
Técnica, ciência e arte	6,7	13,1	14,8
Comércio	12,6	14,4	16,7
Prestação de serviços	2,5	39,1	27,7
Outras	15,9	10,4	8,6
TOTAL	100,0	100,0	100,0
Total (milhões de pessoas)	26,0	7,2	14,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD)
apud. Olinto e Oliveira (2004), p.40

Segundo os autores, op. cit., são baixas as proporções de empregados com carteira – 38,7% dos homens, 27,2 das mulheres referência e 25,8% das mulheres cônjuges. Além disso, existe alta proporção de trabalhadores por conta própria, reforçando as informações sobre o alto grau de informalidade do emprego no país. Observa-se, na Tabela 17, que as posições de menor prestígio e a informalidade afetam mais as mulheres do que os homens.

Outros aspectos que se destacam são: a presença maior das mulheres entre os estatutários e nas categorias de empregados domésticos, tipicamente sem carteira assinada, e de trabalho para o próprio consumo e não remunerado. Com relação a essas categorias, pode-se afirmar que as mulheres cônjuges são maioria no trabalho para o próprio consumo (3,1%) e trabalho não remunerado (5,9%), afirmando a precarização do trabalho das mulheres casadas.

Tabela 17
Posição na ocupação, por condição na família,
No Brasil urbano - 2001

(em %)

Grupos de Ocupação	Homem Referência	Mulher Referência	Mulher Cônjuge
Empregado com carterira (1)	38,7	27,2	25,8
Conta-própria	28,0	18,7	19,1
Empregador	7,3	2,5	3,4
Empregado sem carteira	16,9	13,9	12,5
Estatutário	6,1	10,2	10,1
Doméstico com carteira	0,4	6,0	4,9
Doméstico sem carteira	0,4	18,1	15,0
Trabalho para o próprio consumo	1,1	2,2	3,1
Trabalho não remunerado	0,4	1,0	5,9
Outros	0,9	0,1	0,2
TOTAL	100,0	100,0	100,0
Total (milhões de pessoas)	26,0	7,2	14,2

Fonte: IBGE. Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD)
apud. Olinto e Oliveira (2004), p.41

A revolução da participação feminina foi a revolução das cônjuges (SOARES; IZAKI, 2002). As mulheres cônjuges brasileiras são mais instruídas que os homens, porém elas ocupam postos de trabalho precários, o que pode ser justificado pela sua grande presença em trabalhos domésticos sem carteira assinada.

3 METODOLOGIA

Nesta monografia são utilizados dados secundários da PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego. O PED tem por finalidade a produção de estatísticas para o acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho urbano e de suas tendências.

Os dados coletados são referentes às mulheres ocupadas (em geral e cônjuges) e aos homens ocupados, analisando nível de escolaridade, cor, idade, posição na ocupação, setor de atividade econômica, tempo de residência na RMS (migração), experiência anterior de trabalho, jornada de trabalho e rendimentos. O período utilizado de análise é 2002-2004, com um número de 89.736 observações.

Com relação ao grau de instrução são tratados os analfabetos e os sem escolaridade declarada, aqueles que possuem o 1º grau incompleto, o 1º grau completo e 2º grau incompleto, o 2º grau completo e 3º grau incompleto e o 3º grau completo.

Com relação à cor são tratados os brancos, os quais considero os brancos e os amarelos, estes últimos se apresentam em quantidade bem pequena que não influenciam na análise, e os negros, os quais considero as pessoas pretas e pardas.

São tratadas as pessoas de 10 a 17 anos, de 18 a 24 anos, de 25 a 39 anos e as de 40 anos e mais de idade. São analisadas também as seguintes posições na ocupação: os assalariados, os quais se dividem em assalariados setor privado – com e sem carteira assinada – e os assalariados do setor público; os autônomos que trabalham para empresa e que trabalham para o público, este último caracterizando um posto de trabalho precário; os empregadores, os donos de negócio familiar, os trabalhadores familiares e os empregados domésticos – mensalistas e diaristas.

São tratados os seguintes setores de atividade: a indústria, o comércio, os setores de serviços de produção e serviços pessoais, a construção civil e os serviços domésticos. Além disso, de acordo com o tempo de residência, são consideradas as pessoas que moram até três anos na RMS e aquelas que residem nesta a mais de três anos.

De acordo com a experiência anterior de trabalho, são consideradas as pessoas que possuem experiência e aquelas que não possuem. São tratadas também aquelas pessoas que trabalham até 44 horas semanais e aquelas que trabalham mais do que 44 horas.

Com relação aos rendimentos, são tratados os rendimentos médios e os rendimentos médios por hora trabalhada, os quais se calculam dividindo o rendimento mensal que o indivíduo recebeu pelo número de horas que ele trabalhou no mês.

A Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED) é um levantamento domiciliar contínuo, realizado mensalmente, desde 1984, na Região Metropolitana de São Paulo, em convênio entre a Fundação SEADE e o DIEESE. Em parceria com órgãos públicos locais, a pesquisa foi implantada em outras regiões, sendo realizada, atualmente, no Distrito Federal e nas Regiões Metropolitanas de Porto Alegre, Recife, Salvador e Belo Horizonte (DIEESE, 2005).

Frente às limitações impostas a análises sobre o mercado de trabalho brasileiro pelo uso dos conceitos mais tradicionais, o propósito básico da PED foi construir indicadores mais adequados à situação nacional que buscassem mostrar as especificidades locais, preservando a possibilidade de obter os indicadores freqüentemente adotados em diferentes países (DIEESE, 2005).

Os resultados são divulgados mensalmente e expressam médias trimestrais móveis dos indicadores produzidos. Isto significa que as informações referentes a determinado mês representam a média dos dados coletados no último mês e nos dois meses que o antecederam (SEI, 2005).

A pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana Salvador (PED/RMS) tem como unidade amostral o domicílio da área urbana dos 10 municípios: Camaçari, Candeias, Dias D'Ávila, Itaparica, Lauro de Freitas, Madre de Deus, Salvador, São Francisco do Conde, Simões Filho e Vera Cruz. As informações são coletadas mensalmente através de entrevistas realizadas com os moradores de dez anos de idade ou mais, em aproximadamente 2.500 domicílios, resultando na aplicação de cerca de 9.000 quastionário/mês (SEI, 2005).

> A Pesquisa de Emprego e Desemprego na Região Metropolitana de Salvador (PED/RMS) produz informações sobre a estrutura e dinâmica do mercado de trabalho desta região, através de um levantamento mensal e sistemático sobre o emprego, o desemprego e os rendimentos do trabalho. Ao

> contrário de outras pesquisas, sua metodologia, ao privilegiar a condição de procura de trabalho, na caracterização da situação ocupacional dos indivíduos, permite captar formas de desemprego que são próprias de mercados de trabalho estruturalmente heterogêneos, como é o caso do brasileiro (SEI, 2005).

A PED/RMS é realizada desde outubro de 1996, pela SEI – Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia, órgão da Secretaria de Planejamento Ciência e Tecnologia - SEPLANTEC - e pela Secretaria do Trabalho e Ação Social - SETRAS, em parceria com o DIEESE, a Fundação SEADE e a Universidade Federal da Bahia (UFBA), através da Faculdade de Ciências Econômicas (SEI, 2005).

> A PED/RMS permite o acompanhamento de aspectos quantitativos e qualitativos da evolução do mercado de trabalho local; seus resultados fornecem preciosas informações para a atuação de gestores do setor público, trabalhadores, empresários, estudiosos do mercado de trabalho, permitindo-lhes elementos essenciais para a tomada de decisões, não apenas no que se refere à área do trabalho, mas também as concernentes ao campo econômico, à política de emprego de um modo geral (SEI, 2005).

3.1 CONCEITOS E INDICADORES

Os principais conceitos da PED são:

PIA - População em Idade Ativa: corresponde à população com dez anos ou mais.

PEA - População Economicamente Ativa: parcela da PIA ocupada ou desempregada

Ocupados - São os indivíduos que:

a. possuem trabalho remunerado exercido regularmente;

b. possuem trabalho remunerado exercido de forma irregular, desde que não estejam procurando trabalho diferente do atual. Excluem-se as pessoas que, não tendo procurado trabalho, exerceram de forma excepcional algum trabalho nos últimos 30 dias;

c. possuem trabalho não remunerado de ajuda em negócios de parentes, ou remunerado em espécie ou benefício, sem procura de trabalho.

Desempregados - São os indivíduos que se encontram numa das seguintes situações:

a. desemprego aberto: pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos 30 dias anteriores ao da entrevista e não exerceram nenhum trabalho nos últimos sete dias;

b. desemprego oculto: (i) por trabalho precário: pessoas que realizam de forma irregular, ou seja, em caráter ocasional e eventual, algum trabalho remunerado (ou pessoas que realizam trabalho não remunerado em ajuda a negócios de parentes) e que procuraram mudar de trabalho nos 30 dias anteriores ao da entrevista, ou que, não tendo procurado neste período, o fizeram até 12 meses atrás; (ii) por desalento: pessoas que não possuem trabalho e nem procuraram nos últimos 30 dias, por desestímulos do mercado de trabalho ou por circunstâncias fortuitas, mas procuraram efetivamente trabalho nos últimos 12 meses.

Inativos (maiores de 10 anos) - Correspondem à parcela da PIA que não está ocupada ou desempregada.

Rendimentos do trabalho - É captado o rendimento monetário bruto (sem descontos de imposto de renda e previdência), efetivamente recebido, referente ao trabalho realizado no mês imediatamente anterior ao da pesquisa. Para os assalariados, são considerados os descontos por falta, ou acréscimos devido a horas extras, gratificações, etc. Não são computados o décimo terceiro salário e os benefícios indiretos. Para os empregadores, autônomos e demais posições, é considerada a retirada mensal.

Os principais indicadores da PED são:

Taxa Global de Participação - é a relação entre a População Economicamente Ativa e a População em Idade Ativa (PEA/PIA). Indica a proporção de pessoas com dez anos ou mais incorporadas ao mercado de trabalho, como ocupados ou desempregados.

Taxa de Desemprego Total - eqüivale à relação Desempregados/PEA, e indica a proporção da PEA que se encontra na situação de desemprego aberto ou oculto. Todas as taxas de desemprego divulgadas, referentes a tipos específicos de desemprego (aberto ou oculto) ou a atributos pessoais selecionados, são calculadas como uma proporção da PEA.

Rendimentos:

a. rendimento médio: refere-se à média trimestral do rendimento mensal real no trabalho principal. A média trimestral é calculada a partir de valores nominais mensais, inflacionados pelo IPC/SSA (SEI/SEPLANTEC), até o último mês do trimestre. Os dados de rendimento, investigados em cada mês, referem-se ao mês imediatamente anterior e, portanto, têm sempre esta defasagem em relação às demais informações da pesquisa. Assim, os dados apurados no trimestre maio/julho, agora divulgados, correspondem à média do período abril/junho, a preços de junho;

b. distribuição dos rendimentos: indica os valores máximos recebidos pelos 10% e 25% mais pobres, os valores mínimos recebidos pelos 25% e 10% mais ricos, e o rendimento mediano, que divide a população entre os 50% que têm os rendimentos mais baixos e os 50% que têm rendimentos mais altos.

4 O PERFIL DAS MULHERES CÔNJUGES NO MERCADO DE TRABALHO DA REGIÃO METROPOLITANA DE SALVADOR (RMS) NOS ANOS 2002- 2004

Este capítulo contempla uma análise dos microdados selecionados da PED, com o objetivo de mostrar o perfil das mulheres cônjuges ocupadas no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador.

4.1 O TRABALHO DAS MULHERES CÔNJUGES

Observa-se que os homens e o total de ocupados no mercado de trabalho, segundo setor de atividade econômica, estão concentrados nos serviços de pessoais, ou seja, nos ramos de educação, alimentação, saúde, serviços comunitários. Já a maioria das mulheres em geral (32,8%), assim como das mulheres cônjuges (35,5%) está concentrada no setor de serviços pessoais, como se pode ver na Tabela 18.

Além disso, o emprego doméstico é responsável pela alocação de 22,1% das mulheres ocupadas, 19,7% das mulheres cônjuges e apenas 1,3% dos homens ocupados. Isso confirma a precária inserção das mulheres no mercado de trabalho, sem a devida proteção social.

Estão alocados no setor comércio 16,4% dos homens ocupados, 16,8% das mulheres ocupadas e 17,5% das mulheres cônjuges. Enquanto que na construção civil apresenta-se o oposto, a maioria dos ocupados nesse setor são os homens (11,7%), contra 0,7% das mulheres ocupadas e mulheres cônjuges. Os homens são também maioria na indústria (11,8%), contra 5,4% das mulheres em geral e 5,9% das mulheres cônjuges em particular.

Tabela 18
Distribuição dos ocupados segundo setor de atividade econômica por sexo
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2002 - Dezembro 2004

(Em %)

Setor de Atividade	Total	Sexo		
		Homem	Mulher	Mulher-cônjuge
Total	100	100	100	100
Indústria	8,8	11,8	5,4	5,9
Comércio	16,6	16,4	16,8	17,5
Serviços de Produção (1)	30,4	38,5	21,5	20,1
Serviços Pessoais (2)	25,5	18,9	32,8	35,5
Construção Civil	6,5	11,7	0,7	0,7
Serviços Domésticos	11,2	1,3	22,1	19,7
Outros	1,0	1,4	0,7	0,6

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade Pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de Reparação e Limpeza.

(2) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.

As mulheres estão concentradas na condição de assalariadas (53,4% mulheres em geral e 50,9% mulheres cônjuges), de empregadas domésticas (20% mulheres em geral e 16% mulher cônjuge) e como autônomos (21,2% mulheres e 25% mulheres cônjuges), como se pode observar na Tabela 19. Pode-se verificar também grande parcela das mulheres e das cônjuges entre os assalariados do setor público - 16,5% 18,0%, respectivamente, enquanto que para os homens, essa porcentagem é de 11,8%. Porém é muito maior a porcentagem de homens assalariados com e sem carteira assinada do que mulheres e mulheres cônjuges nessa mesma situação.

Com relação aos postos de trabalho formais (carteira assinada e emprego público) nota-se que 52,9% dos homens estão nessa situação, enquanto que 43,4% das mulheres em geral e 43,8% das mulheres cônjuges estão alocadas em postos de trabalho com acesso aos direitos trabalhistas. Isso vem a confirmar que as mulheres têm uma posição desfavorável na inserção no mercado de trabalho da RMS. Essa diferença na inserção é amplamente notada nos

serviços domésticos, em que 16,0% das cônjuges estão alocadas nessa categoria, enquanto que os homens representam apenas 1,3%.

Considerando os postos de trabalho informais (DIEESE, 2003) (sem carteira assinada, autônomo para o público, empregados domésticos e trabalhador familiar), nota-se que 34,7% dos homens estão nessa posição de precariedade, enquanto que 49,7% das mulheres e 47,8% das mulheres cônjuges ocupadas encontram-se em postos de trabalho precários, sem a mínima proteção legal.

Nota-se que os homens conseguem uma melhor inserção no mercado de trabalho do que as mulheres. Isto se deve ao fato de que as mulheres possuem dificuldade de conseguirem postos de trabalhos mais seguros, melhores e amparados pela CLT.

Tabela 19
Distribuição dos ocupados segundo posição na ocupação por sexo
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2002 - Dezembro 2004

(Em %)

Posição na Ocupação	Total	Sexo		
		Homem	Mulher	Mulher-cônjuge
Total	100	100	100	100
Assalariados Total	**60,1**	**66,0**	**53,4**	**50,9**
Assalariados Setor Privado				
Com Carteira Assinada	34,5	41,1	26,9	25,8
Sem Carteira Assinada	11,7	13,1	10,0	7,1
Assalariados Setor Público	13,9	11,8	16,5	18,0
Autônomo	**23,2**	**24,9**	**21,2**	**25,0**
que trabalha para Empresa	4,2	5,4	2,8	2,4
que trabalha para o público	19,0	19,5	18,4	22,6
Empregador	**4,0**	**5,2**	**2,7**	**4,1**
Dono de Negócio Familiar	**0,8**	**0,8**	**0,7**	**1,2**
Trabalhador Familiar	**1,0**	**0,8**	**1,3**	**2,1**
Empregados Domésticos	**10,0**	**1,3**	**20,0**	**16,0**
Mensalista	8,8	1,2	17,4	13,0
Diarista	1,2	0,1	2,6	3,0
Outros	**0,9**	**1,0**	**0,7**	**0,7**

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

Os dados da PED demonstram que há proporcionalmente mais homens negros (87,2%) do que mulheres negras no mercado de trabalho da RMS (86,4% mulheres e 84,6% mulheres cônjuges). Já, com relação à cor branca ocorre o contrário, há mais mulheres brancas no mercado de trabalho (13,6% das mulheres em geral e 15,4% das mulheres cônjuges) do que homens brancos (12,8%), como pode ser visto na Tabela 20.

Além disso, a maioria dos ocupados, independente do sexo, está concentrada na faixa etária de 40 anos e mais. Outro fator importante é que os homens entram mais cedo no mercado de trabalho, visto que 20,9% dos homens, 18,9% das mulheres em geral e 10,4% das mulheres cônjuges compreendem-se na faixa de 18 a 24 anos. Porém a partir dos 25 anos, a quantidade de mulher e mulher cônjuge no mercado de trabalho é superior à masculina, devido ao fato destas entrarem tardiamente no mercado de trabalho.

Com relação à escolaridade, nota-se que a porcentagem das mulheres em geral e das mulheres cônjuges com 2º grau completo/ 3º grau incompleto e com 3º grau completo é maior que o dos homens, a porcentagem destes só é superior à feminina com nível de instrução de 1º grau incompleto e 1º grau completo/ 2º grau incompleto.

Uma outra questão a ser abordada é a migração. De acordo com a tabela, 8,8% dos homens, 8,6% das mulheres e 4,2% das mulheres cônjuges residem a menos de três anos na Região Metropolitana de Salvador. Além disso, 29,4% dos homens, 21,3% das mulheres e 25,1% das cônjuges têm experiência anterior de trabalho.

Tabela 20
Distribuição dos ocupados segundo atributos pessoais por sexo
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2002 - Dezembro 2004

(Em %)

Atributos Pessoais	Total	Sexo		
		Homem	Mulher	Mulher-cônjuge
Total	100	100	100	100
Cor				
Brancos	13,2	12,8	13,6	15,4
Negros	86,8	87,2	86,4	84,6
Idade				
10 a 17 anos	16,7	18,1	15,5	0,8
18 a 24 anos	19,8	20,9	18,9	10,4
25 a 39 anos	29,9	29,9	29,9	43,6
40 anos e mais	33,5	31,1	35,6	45,2
Grau de Instrução				
Analfabetos/S.E.(1)	5,1	4,4	5,7	4,8
1º grau incompleto	42,4	44,7	40,3	36,2
1º grau completo/ 2º grau incompleto	17,7	18,5	17,0	16,8
2º grau completo/ 3º grau incompleto	28,5	26,6	30,2	33,6
3º grau completo	6,3	5,9	6,8	8,6
Tempo de Residência				
Até 3 anos	8,7	8,8	8,6	4,2
Mais de 3 anos	91,3	91,2	91,4	95,8
Experiência				
Com experiência	24,6	29,4	21,3	25,1
Sem experiência	75,4	70,6	78,7	74,9

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Analfabetos e Sem Escolaridade declarada.

A Tabela 21 mostra que os homens têm jornadas mais longas de trabalho do que as mulheres em geral e as cônjuges em particular. Em média, os homens trabalham 46 horas semanais (maior que a média do total de ocupados – 43 horas), enquanto que as mulheres trabalham 39 horas e as mulheres cônjuges 38 horas semanais, em média. Pode-se verificar também que

cerca de 50,3% dos homens trabalham mais de 44 horas, já 64,2% das mulheres em geral e 66,8% das mulheres cônjuges em particular trabalham até 44 horas semanais.

Tabela 21
Horas semanais trabalhadas dos ocupados no trabalho principal por sexo (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2002 - Dezembro 2004

(Em %)

Horas Trabalhadas	Total	Sexo		
		Homem	Mulher	Mulher-cônjuge
Média	43	46	39	38
% trabalham até 44 horas	56,3	49,7	64,2	66,8
% trabalham mais de 44 horas	43,7	50,3	35,8	33,2

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Exclusive os Ocupados que não declararam horas trabalhadas ou declararam zero hora.

4.2 O RENDIMENTO DAS MULHERES CÔNJUGES

A investigação dos dados da PED mostra que as mulheres ganham, segundo setor de atividade econômica, menos que os homens. Apenas na construção civil as mulheres ganham mais que os homens. Além disso, de acordo com o teste das médias [(1)], nota-se que apenas nos serviços de produção as médias entre os homens e as mulheres cônjuges se equiparam, já que o teste não detectou diferenças significativas para esta variável (Tabela 22).

As maiores diferenças de rendimento entre homens e mulheres e entre homens e mulheres cônjuges são verificadas no setor de indústria, onde as mulheres e as mulheres cônjuges recebem o correspondente a 61,1% e 67,3%, respectivamente, dos rendimentos dos homens.

Já as menores diferenças de rendimento se dão no setor de serviços de produção, onde as mulheres e as mulheres cônjuges recebem o equivalente a 87,3% e 99,8% dos rendimentos dos homens.

Tabela 22
Rendimento real médio dos ocupados segundo setor de atividade econômica por sexo (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2002 - Novembro 2004

(Em Reais)

Setor de Atividade	Total	Sexo			Estatística t de Comparação das Médias	
		Homem (A)	Mulher (B)	Mulher-cônjuge (C)	B-A	C-A
Total	700	831	557	631	39,1	21,2
Indústria	972	1089	665	733	14,6	8,6
Comércio	547	640	437	490	14,8	8,1
Serviços de Produção (2)	918	959	837	957	8,0	0,1
Serviços Pessoais (3)	674	743	631	685	7,9	3,4
Construção Civil	607	598	762	*	-2,7	-
Serviços Domésticos	216	290	211	207	11,2	11,4
Outros	389	427	293	*	2,6	-

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Novembro - 2004.

(2) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade Pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de Reparação e Limpeza.

(3) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.

(*) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Na análise de rendimento médio por hora por setor de atividade percebe-se que as mulheres chegam a superar o rendimento dos homens no setor de serviços de produção (R$ 6,5 e R$ 6,4, respectivamente) e de construção civil (R$ 5,4 e R$ 3,7, respectivamente). Já as mulheres cônjuges superam os rendimentos dos homens no setor de comércio (R$ 3,8 e R$ 3,5), de serviços de produção (R$ 7,4 e R$ 6,4) e serviços pessoais (R$ 5,5, R$ 5,3) (Tabela 23).

Tabela 23
Rendimento real médio por hora dos ocupados
segundo setor de atividade econômica por sexo (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2002 - Novembro 2004

(Em Reais)

Setor de Atividade	Total	Sexo		
		Homem	Mulher	Mulher-cônjuge
Total	4,9	5,4	4,3	4,9
Indústria	6,0	6,5	4,6	5,0
Comércio	3,4	3,5	3,3	3,8
Serviços de Produção (2)	6,4	6,4	6,5	7,4
Serviços Pessoais (3)	5,2	5,3	5,2	5,5
Construção Civil	3,8	3,7	5,4	*
Serviços Domésticos	1,4	1,6	1,4	1,5
Outros	3,1	3,3	2,6	*

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Novembro - 2004.

(2) Incluem Transporte e Armazenagem; Utilidade Pública; Especializados; Administração Pública, Forças Armadas e Polícia; Creditícios e Financeiros; Comunicação; Diversão, Radiodifusão e Teledifusão; Comércio, Administração de Valores Imobiliários e de Imóveis; Serviços Auxiliares; Outros serviços de Reparação e Limpeza.

(3) Incluem Serviços Pessoais diversos, Alimentação, Educação, Saúde, Serviços Comunitários, Oficinas de Reparação Mecânica e Outros Serviços.

(*) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Considerando a posição na ocupação (Tabela 24), a maior diferenciação de rendimentos entre os homens, as mulheres e as mulheres cônjuges ocorre entre os ocupados no trabalho autônomo, onde os rendimentos das mulheres e mulheres cônjuges correspondem a 54,3% e 55,5%, respectivamente, dos rendimentos dos homens. É verificado também que, entre os autônomos, a maior diferença se dá nos autônomos que trabalham para o público, onde as mulheres ganham 56,1% dos salários dos homens e as mulheres cônjuges, 57,7%.

Além disso, a menor diferença entre os rendimentos se dá nos assalariados, em que os salários das mulheres são em média 11,7% menores e, contudo, as mulheres cônjuges recebem salários um pouco maiores (aproximadamente 0,4% a mais). Entre os assalariados com e sem carteira assinada é verificado também as menores diferenças. As mulheres e mulheres cônjuges com carteira assinada recebem 15,8% e 8,7%, respectivamente, salários menores que

os dos homens, já para as sem carteira assinada, seus salários são 16,9% e 5,6% menores, respectivamente.

Segundo o teste das médias, apenas as mulheres cônjuges ocupadas assalariadas e as assalariadas sem carteira assinada não apresentam diferenças significativas em seus rendimentos relativamente aos dos homens (t = -0,3 e t = 1,2, respectivamente).

Tabela 24
Rendimento real médio dos ocupados segundo posição na ocupação por sexo (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2002 - Novembro 2004

(Em Reais)

Posição na Ocupação	Total	Sexo			Estatística t de Comparação das Médias	
		Homem (A)	Mulher (B)	Mulher-cônjuge (C)	B-A	C-A
Total	700	831	557	631	39,1	21,2
Assalariados Total	**792**	**833**	**736**	**836**	**10,8**	**-0,3**
Assalariados Setor Privado						
Com Carteira Assinada	744	789	665	720	12,1	4,7
Sem Carteira Assinada	395	425	353	401	6,9	1,2
Assalariados Setor Público	1243	1453	1080	1177	14,0	8,4
Autônomo	**448**	**563**	**306**	**312**	**26,2**	**21,6**
que trabalha para Empresa	725	823	517	606	8,5	4,0
que trabalha para o público	389	491	276	283	23,9	19,6
Empregador	**2081**	**2262**	**1710**	**1805**	**7,4**	**5,0**
Dono de Negócio Familiar	**733**	**816**	**623**	**639**	**2,6**	**2,2**
Empregados Domésticos	**216**	**290**	**210**	**207**	**11,2**	**11,4**
Mensalista	226	292	220	220	10,2	10,0
Diarista	147	*	146	151	-	-
Outros	**2281**	**2336**	**2192**	*****	**0,8**	**-**

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Novembro - 2004.

(*) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Segundo os rendimentos por hora, as mulheres assalariadas, em geral e cônjuges, chegam a superar os rendimentos dos homens: R$ 5,5 e R$ 6,2, respectivamente contra R$ 5,3 dos homens. Dentre os assalariados, as mulheres cônjuges com carteira e sem carteira assinada possuem rendimentos médios por hora maiores que os dos homens. Além disso, verifica-se os trabalhadores inseridos nas atividades domésticas, as quais são consideradas atividades precárias, os homens ganham R$ 1,6, as mulheres R$ 1,3 e as cônjuges R$ 1,4 por hora (Tabela 25).

Tabela 25
Rendimento real médio por hora dos ocupados
segundo posição na ocupação por sexo (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2002 - Novembro 2004

(Em Reais)

Posição na Ocupação	Total	Sexo		
		Homem	Mulher	Mulher-cônjuge
Total	4,9	5,4	4,3	4,9
Assalariados Total	**5,4**	**5,3**	**5,5**	**6,2**
Assalariados Setor Privado				
Com Carteira Assinada	4,7	4,8	4,6	5,0
Sem Carteira Assinada	2,9	2,9	2,8	3,1
Assalariados Setor Público	9,4	10,3	8,7	9,4
Autônomo	**3,8**	**4,1**	**3,3**	**3,3**
que trabalha para Empresa	6,0	6,5	4,8	4,9
que trabalha para o público	3,3	3,5	3,1	3,2
Empregador	**12,9**	**13,4**	**11,8**	**12,1**
Dono de Negócio Familiar	**4,0**	**4,2**	**3,7**	**3,8**
Empregados Domésticos	**1,4**	**1,6**	**1,4**	**1,5**
Mensalista	1,3	1,6	1,3	1,4
Diarista	2,1	*	2,1	2,2
Outros	**18,0**	**17,2**	**19,4**	*****

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Novembro - 2004.

(*) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Com relação aos atributos pessoais, percebe-se que os homens recebem salários maiores que as mulheres, o que é garantido pelo teste das médias, visto que as estatísticas rejeitam a

hipótese de igualdade das médias. A exceção refere-se apenas às mulheres de 10 a 17 anos, em que t = 1,5 (Tabela 26).

As maiores diferenças de rendimento médio entre homens e mulheres (inclusive as cônjuges) são verificadas segundo o nível de instrução. Na faixa de 1º grau completo / 2º grau incompleto, as mulheres recebem o correspondente a 52,9% dos rendimentos dos homens. Além disso, as mulheres cônjuges que possuem o 1º grau incompleto recebem apenas 56,7% dos rendimentos dos homens. Ou seja, apesar das mulheres terem uma maior escolaridade que os homens, elas recebem rendimentos mais baixos. Pode-se verificar que com relação aos rendimentos de maior instrução (superior completo), as mulheres e as mulheres cônjuges recebem 64,4% e 69,9%, respectivamente, dos salários dos homens.

As menores diferenças de rendimento são verificadas segundo a cor. As mulheres e as mulheres cônjuges brancas recebem, respectivamente, 31,6% e 20,6% a menos que os homens brancos, já as mulheres e as mulheres cônjuges negras, 33,4% 26,9% a menos que os homens negros. Além disso, pode-se notar a grande diferença de rendimento entre homens e mulheres brancos com homens e mulheres negros, confirmando o alto grau de discriminação racial existente no mercado de trabalho, principalmente com relação às mulheres negras.

Com relação ao tempo de residência, as maiores diferenças de rendimento ocorre nas pessoas que estão morando até três anos na RMS, onde as mulheres recebem o equivalente a 46,9% dos rendimentos dos homens e as cônjuges, 63,7%.

Desta forma, verifica-se que não importa a cor, a idade, o nível de escolaridade, o tempo de residência na RMS, configura-se a desvantagem salarial das mulheres em relação ao homem. Isso mostra a desigualdade enfrentada pela mulher no mercado de trabalho.

Tabela 26
Rendimento real médio dos ocupados segundo atributos pessoais por sexo (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2002 - Novembro 2004

(Em Reais)

Atributos Pessoais	Total	Sexo			Estatística t de Comparação das Médias	
		Homem (A)	Mulher (B)	Mulher-cônjuge (C)	B-A	C-A
Total	700	831	557	631	39,1	21,2
Cor						
Brancos	1270	1497	1024	1189	16,7	8,5
Negros	605	720	480	526	37,7	22,7
Idade						
10 a 17 anos	127	131	122	*	1,5	-
18 a 24 anos	359	395	316	306	13,7	9,0
25 a 39 anos	683	809	548	559	27,8	21,8
40 anos e mais	949	1173	718	779	29,7	20,6
Grau de Instrução						
Analfabetos	247	310	194	177	10,9	11,1
1º grau incompleto	337	418	232	237	42,0	32,5
1º grau completo/ 2º grau incompleto	434	539	285	321	34,0	21,7
2º grau completo/ 3º grau incompleto	746	957	547	628	42,6	26,7
3º grau completo	2175	2729	1759	1907	23,7	16,8
Tempo de Residência						
Até 3 anos	810	1092	513	696	14,9	6,6
Mais de 3 anos	695	819	560	630	36,5	19,8

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Novembro - 2004.

(*) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

A Tabela 27 só faz confirmar que, no cálculo de rendimento por hora, as diferenças de salários entre os homens, as mulheres e as mulheres cônjuges diminuem, mas ainda se mantém. A única exceção são as mulheres com 40 anos e mais, que chegam a superar os rendimentos dos homens em mais de 20%, as mulheres e as mulheres cônjuges recebem, respectivamente, 22,3% e 33,5% a mais que os rendimentos dos homens.

Tabela 27
Rendimento real médio por hora dos ocupados
segundo atributos pessoais por sexo (1)
Região Metropolitana de Salvador - Bahia
Janeiro 2002 - Novembro 2004

(Em Reais)

Atributos Pessoais	Total	Sexo		
		Homem	Mulher	Mulher-cônjuge
Total	4,9	5,4	4,3	4,9
Cor				
Brancos	9,1	9,9	8,2	9,4
Negros	4,2	4,6	3,6	4,0
Idade				
10 a 17 anos	1,5	1,6	1,3	*
18 a 24 anos	2,7	2,8	2,5	2,4
25 a 39 anos	4,7	5,1	4,1	4,2
40 anos e mais	6,6	4,6	5,6	6,1
Grau de Instrução				
Analfabetos	1,7	1,9	1,5	1,5
1º grau incompleto	2,2	2,5	1,8	1,9
1º grau completo/ 2º grau incompleto	2,8	3,3	2,2	2,6
2º grau completo/ 3º grau incompleto	5,2	6,2	4,1	4,7
3º grau completo	16,4	19,1	14,3	15,5
Tempo de Residência				
Até 3 anos	5,5	7,1	3,8	5,9
Mais de 3 anos	4,8	5,3	4,3	4,9

Fonte: PED-RMS/SEI/SETRAS/UFBA/DIEESE/SEADE.

(1) Inflator utilizado - Índice de Preços ao Consumidor - SEI. Valores em Reais de Novembro - 2004.

(*) A amostra não comporta desagregação para essa categoria.

Concluindo, os dados da PED confirmam a situação precária que a mulher, especificamente as cônjuges, estão enfrentando no mercado de trabalho da RMS. As mulheres cônjuges (assim como a grande maioria das mulheres) estão mais sujeitas a ocupações com inserção vulnerável, ou seja, elas estão alocadas, em sua maioria, em postos de trabalho informais, sem proteção e direitos trabalhistas. Essa maior vulnerabilidade é explicada pela grande presença das mulheres no emprego doméstico.

Com relação à desigualdade de rendimentos, a mulher cônjuge enfrenta outra dificuldade, pois são elas que possuem o maior nível de escolaridade bem como o menor rendimento em relação aos homens, assim, para receberem melhores salários, elas precisam estudar mais que os homens.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Fazendo o uso dos microdados da Pesquisa de Emprego e Desemprego, esta monografia teve como finalidade a abordagem da situação da mulher cônjuge no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador, comparando-a com os homens e as mulheres no total.

Foi notado, primeiramente, que as mulheres, ao longo dos anos, tiveram um processo gradual e contínuo na sua inserção no mercado de trabalho. Porém, a inserção feminina nesse mercado tem-se caracterizado por clara desvantagem em relação aos homens, tanto em termos de rendimento, quanto em termos da precariedade do emprego. Isso pode ser visto tanto no plano nacional quanto no das Regiões Metropolitanas estudadas.

As mulheres aumentam o potencial da utilização da sua força de trabalho, na medida em que elevam o grau de escolaridade, requisito fundamental nos dias de hoje, para que qualquer trabalhador aspire melhor inserção no mercado de trabalho.

Porém, foi verificado que, em média, os rendimentos auferidos pelas mulheres são menores que os dos homens, principalmente no setor informal, em idade mais avançada, no maior grau de escolaridade (apesar de receberem rendimentos maiores ao adquirir mais nível de escolaridade).

Além disso, um percentual expressivo de mulheres ocupa posições mais vulneráveis no mercado de trabalho, sejam como trabalhadoras domésticas, ou trabalhadoras familiares e sem carteira assinada.

Com relação às mulheres cônjuges, não é diferente. Os dados da PED confirmam que grande parte dessas mulheres está alocada, na Região Metropolitana de Salvador, tanto no setor de serviços pessoais quanto no emprego doméstico, apesar de possuírem grau de instrução maior que o dos homens, sua inserção no mercado de trabalho é precária, sem a devida proteção legal, e grande parte delas não tem experiência anterior de trabalho.

Os diferenciais de rendimentos mostram uma situação generalizada de ganhos inferiores para as mulheres cônjuges, qualquer que seja o corte que se faça: considerando os níveis de escolaridade, idade, cor, grau de formalidade, etc. Esses diferenciais variam para diferentes

situações ocupacionais ou atributos, reafirmando a posição desvantajosa em que essas mulheres se encontram na sociedade.

Um exemplo disso é que a análise da associação entre escolaridade e remuneração, confirmou que a remuneração média real das mulheres cônjuges é inferior a dos homens, independente da sua escolaridade. Porém, com o aumento do nível de escolaridade, a diferença dos rendimentos diminuem.

Os resultados por sexo e cor indicam que há mais homens negros do que mulheres cônjuges negras no mercado de trabalho da RMS e mais mulheres cônjuges brancas do que homens brancos.

Com relação aos seus rendimentos, as mulheres cônjuges brancas recebem salários menores que os dos homens brancos, o mesmo ocorre entre as cônjuges negras e os homens negos.

Enfim, apesar de que as desigualdades de gênero possam parecer menores que há anos atrás, as mulheres ainda se mantém numa situação desvantajosa. Diante disso, as ações do governo e dos movimentos feministas são de vital importância para que as mulheres trabalhadoras consigam alcançar posições mais igualitárias em relação aos homens. As mulheres têm um grande desafio pela frente: derrubar as barreiras da desigualdade no mercado de trabalho.

REFERÊNCIAS

ALVES, Edgard Luiz; AMORIM, Brunu Marcos; CUNHA George Henrique. **Emprego e ocupação:** algumas evidências da evolução do mercado de trabalho por gênero na Grande São Paulo – 1988/1995. Brasília: IPEA, 1997. (texto para discussão, 497).

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Trabalhadoras brasileiras dos anos 90: mais numerosas, mais velhas e mais instruídas. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: PED-RMPA, v.2, p. 95-105, 2002.

CARVALHO-NETO, José Francisco de. Mulher e Trabalho: Continuidade ou Ruptura? **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n.92, p.30-32, 2002.

CASTRO, Mary Garcia. "Feminização da pobreza" em cenário neoliberal. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: PED-RMPA, v.1, p.89-96, 2001.

COSTA, Patrícia Lino; OLIVEIRA, Sirley Márcia. A inserção da mulher nos setores de atividade econômica dos mercados de trabalho metropolitanos: reafirmando as desigualdades. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: PED-RMPA, v.3, p. 79-93, 2003.

DIEESE. **A situação do trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, 2001, 354 p.

DIEESE. A situação das mulheres em mercados de trabalho metropolitanos. **Boletim DIEESE**, São Paulo: DIEESE, 2002. 68 p. (Edição Especial).

DIEESE. **A situação das mulheres em mercados de trabalho metropolitanos.** São Paulo: DIEESE, março 2003. 9 p. (Encarte Especial).

DIEESE. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/pedmet.xml>. Acesso em 18 jan. 2005

FERNANDES, Cláudia Monteiro; MENDONÇA, Joseanie. Perfil de mulheres responsáveis por domicílios: uma aproximação para a Bahia com base no Censo 2000. **Conjuntura & Planejamento**, Salvador: SEI, n.120, p.22-30, maio 2004.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS (FCC). Disponível em: <http://www.fcc.org.br/mulher/series_historicas/mtf.html>. Acesso em: 16 out. 2004.

GALEAZZI, Irene M. S. Mulheres trabalhadoras: a chefia da família e os condicionantes de gênero. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: PED-RMPA, v.1, p. 61-68, 2001.

GELINSKI, Carmen R. O.; RAMOS, Ivoneti da Silva. Mulher e família em mutação: onde estão os mecanismos de apoio para o trabalho feminino? **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: PED-RMPA, v.4, p. 141-148, 2004.

HOFFMAN, Marise B. P.; COSTA, Patrícia Lino; SANCHES, Solange. O Sistema Ped: Pesquisa de Emprego e Desemprego em seis Regiões Metropolitanas. **Emprego e Desemprego**, Salvador: SEI, 2003, p. 7-22. (Série Estudos e Pesquisas, 62).

MAIA, K.; LIRA, S. A. A mulher no mercado de trabalho. In: SEMINÁRIO DE ECONOMIA APLICADA, 2, 2002, Brasília. **Anais...** Brasília: UnB/IPEA/MTE.

MENEZES, Wilson F.; CARRERA-FERNANDES, José. A mulher no mercado de trabalho da Região Metropolitana de Salvador. **Nexos Econômicos**, Salvador: CME-UFBA, vol. 3, n. 5, jan. 2004.

OLINTO, Gilda; OLIVEIRA, Zuleica Lopes C. A inserção no trabalho segundo a condição na família: Dados da PNAD 2001 para o Brasil urbano. **Mulher e Trabalho**, Porto Alegre: PED-RMPA, v.04, p. 31-43, 2004.

RAMOS, Lauro; SOARES, Ana Lúcia. **Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 1994. (texto para discussão, 350).

SEDLACEK, G. L.; SANTOS, E. C. **A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de renda familiar**. Rio de Janeiro: IPEA, 1991. (texto para discussão, 209).

SUPERINTENDÊNCIA DE ESTUDOS ECONÔMICOS E SOCIAIS DA BAHIA (SEI). Disponível em: < http://www.sei.ba.gov.br/pesquisa_sei/notas_ped.htm>. Acesso em: 13 jan. 2005.

SOARES, S.; IZAKI, R. S. **A participação feminina no mercado de trabalho**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002. (texto para discussão, 923).